

Regulamentação da Constituição é adiada para 89

BRASÍLIA — A intransigência do PFL fez fracassar, ontem, a tentativa de incluir na pauta do esforço concentrado os projetos mais urgentes de regulamentação da Constituição, particularmente os referentes ao direito de greve, ao salário mínimo e ao tabelamento dos juros.

Ao mesmo tempo, PT e PCB se opuseram à discussão imediata do direito de greve, revindicando uma consulta às entidades de trabalhadores. Em consequência, eles só deverão ser discutidos no ano que vem, após a aprovação do novo Regimento Interno e a instalação das comissões técnicas.

Na reunião dos Líderes, coordenada por Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), ficou acertado que, das questões consideradas sensíveis, apenas o Regimento, o Orçamento da União e as medidas provisórias do Executivo serão votadas, assim que chegarem ao plenário.

No final, foram incluídos apenas cinco itens — todos desvinculados da Constituição — alterações no Imposto de Renda, destinação dos rejeitos radioativos, uma modificação no sistema de financiamento do BNH, a destinação do Fundo de Participação dos Municípios para os criados es-

te ano e a organização do quadro de oficiais das Forças Armadas.

Ibsen informou, à saída da reunião, que o adiamento da regulamentação para março de 89 "é um sentimento muito forte entre todos os Líderes", mas que isto não impediria o exame de questões urgentes, como o salário mínimo e a lei de greve, se não houvessem surgido certos obstáculos:

— Os partidos de esquerda não querem regulamentar a greve.

No entanto, a posição mais rígida da reunião veio do Líder do PFL, Deputado José Lourenço (BA):

— Não podemos votar a legislação complementar em regime de urgência, sem as comissões funcionando. Além disto, primeiro precisamos fazer o novo Regimento Interno.

A saída, o Vice-Líder Inocêncio de Oliveira (PE) reiterou: o PFL vetará a votação de qualquer lei complementar à nova Constituição antes de março de 1989. Como é necessário o consenso para que a matéria entre em regime de urgência, as Lideranças dos demais partidos terão de demover a do PFL, para começarem a viabilizar a aplicação dos principais dispositivos da Constituição.